

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Novembro/2015

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

Concurso Público para provimento de cargos de

**Técnico Judiciário
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

CONHEC. GERAIS/CONHEC. ESPECÍFICOS/REDAÇÃO**Cargo ou opção E05 - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA****Tipo gabarito 1****Gabarito preliminar divulgado em 30/11/2015.**

001 - C	011 - A	021 - A	031 - E	041 - D	051 - A
002 - D	012 - A	022 - C	032 - B	042 - A	052 - C
003 - B	013 - D	023 - E	033 - E	043 - B	053 - E
004 - E	014 - A	024 - C	034 - C	044 - D	054 - A
005 - D	015 - A	025 - B	035 - A	045 - C	055 - B
006 - A	016 - B	026 - A	036 - E	046 - B	056 - C
007 - E	017 - E	027 - D	037 - D	047 - D	057 - B
008 - C	018 - B	028 - C	038 - A	048 - C	058 - E
009 - B	019 - C	029 - E	039 - B	049 - D	059 - A
010 - C	020 - A	030 - D	040 - A	050 - B	060 - D

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 10.

O termo serenidade costuma estar associado a mais de um significado, sendo que o primeiro deles tem a ver com a capacidade de lidar com docilidade e tolerância com as situações mais adversas. Muitas vezes perdemos a serenidade quando nos sentimos pressionados por expectativas que nós mesmos produzimos em relação aos nossos projetos; é preciso cautela para que nossos planos não se transformem em fontes de tensão. Os que fazem planos mais realistas sofrem menos e se aproximam mais da serenidade.

A serenidade corresponde a um estado de espírito no qual nos encontramos razoavelmente em paz, conciliados com o que somos e temos, com nossa condição de humanos falíveis e mortais. É claro que isso depende de termos atingido uma razoável evolução emocional e mesmo moral: não convém nos compararmos com as outras pessoas, não é bom nos revoltarmos com o fato de não sermos exatamente como gostaríamos; conformados com nossas limitações, podemos usufruir das potencialidades que temos.

O momento presente é sempre uma ficção: vivemos entre as lembranças do passado e a esperança de acontecimentos futuros que buscamos alcançar. A regra é que estejamos indo atrás de objetivos, perseguindo-os com mais ou menos determinação. A maior parte das pessoas sente-se mal quando está sem projetos, apenas usufruindo dos prazeres momentâneos que suas vidas oferecem. Somos pouco competentes para vivenciar o ócio. Essa condição emocional que os filósofos antigos consideravam como muito criativa é algo gerador de um estado de alma que chamamos de tédio.

De certa forma, fazemos tudo o que fazemos a fim de fugir do ócio e do tédio que o acompanha. Mesmo nos períodos de férias temos que nos ocupar. Por outro lado, perseguir objetivos com obstinação e aflição de alcançá-los o quanto antes também subtrai a serenidade. Assim, perdemos a serenidade quando andamos muito devagar, perto da condição do ócio – que traz o tédio e a depressão –, e também quando nos tornamos angustiados pela pressa de atingirmos nossas metas. Mais uma vez, a sabedoria, a virtude, está no meio, naquilo que Aristóteles chamava de temperança: cada um de nós parece ter uma velocidade ideal, de modo que, se andar abaixo dela, tenderá a se deprimir, ao passo que, se andar acima dela, tenderá a ficar ansioso. Interessa pouco comparar nossa velocidade com a dos outros, visto que só estaremos bem quando estivermos em nosso ritmo, qualquer que seja ele.

(Adaptado de Flávio Gikovate. Disponível em: flaviogikovate.com.br. Acesso em: 23/10/15)

1. Entre as causas que concorrem para o surgimento do tédio, considerado o contexto, está
 - (A) a velocidade incessante da vida moderna, que faz com que tentemos alcançar nossos objetivos com exagerada obstinação.
 - (B) a falta de competência para nos mantermos continuamente ocupados, em especial quando nos encontramos em período de férias.
 - (C) a dificuldade em lidar com o ócio, muito embora este tenha sido considerado elemento importante para o surgimento da criatividade.
 - (D) o fato de, em determinados momentos, criarmos expectativas pouco condizentes com a possibilidade de realizarmos nossos projetos.
 - (E) a falta de uma necessária e considerável maturidade emocional, sem a qual tendemos a nos comparar com os outros.
2. Ao afirmar que a virtude está naquilo que Aristóteles chamava de temperança, o autor
 - (A) considera que, embora incentivado nos dias atuais, o ritmo acelerado do empreendedor moderno o afasta dos pequenos prazeres da vida.
 - (B) incentiva a busca do aprendizado moral, sem o qual nossos projetos de vida ficam destituídos de significado.
 - (C) delega aos detentores da sabedoria encerrada na sobriedade a tarefa de ensinar aos demais o ritmo certo de agir.
 - (D) sugere que é essencial encontrar a velocidade perfeita em que cada um deve se manter para não se deprimir ou se tornar ansioso.
 - (E) aponta para a falta de comedimento no modo como desfrutamos de determinados prazeres, o que ocasiona uma prejudicial perda de limites em relação aos nossos desejos.
3. Infere-se do texto que perdemos a serenidade quando
 - (A) estamos propensos a enfrentar com resignação as situações mais adversas.
 - (B) rejeitamos o fato de estarmos limitados por nossa condição de humanos falíveis e mortais.
 - (C) perdemos de vista o fato de que o momento presente é sempre uma ficção.
 - (D) deixamos de nos comparar com os outros, por estarmos deprimidos e incapazes de usufruir das potencialidades que temos.
 - (E) buscamos incessantemente o reconhecimento das nossas virtudes morais, tornando-nos, assim, angustiados pela pressa.



4. O verbo que pode ser flexionado em uma forma do plural, sem prejuízo da correção e sem que nenhuma outra modificação seja feita no segmento, encontra-se sublinhado em:
- (A) *É claro que isso depende de termos atingido...*
 (B) *... cada um de nós parece ter uma velocidade ideal...*
 (C) *A serenidade corresponde a um estado de espírito no qual...*
 (D) *O termo serenidade costuma estar associado a mais de um significado...*
 (E) *A maior parte das pessoas sente-se mal quando...*
-
5. Considere o trecho:
- Assim, perdemos a serenidade quando andamos muito devagar, perto da condição do ócio – que traz o tédio e a depressão –, e também quando nos tornamos angustiados pela pressa de atingirmos nossas metas.*
- Afirma-se corretamente:
- (A) e também quando nos angustiam a pressa é uma redação alternativa para o segmento *e também quando nos tornamos angustiados pela pressa*.
 (B) os verbos “perder” e “andar” possuem o mesmo tipo de complemento.
 (C) mantendo-se a correção e o sentido, o segmento *perto da condição do ócio* pode ser substituído por: apoiado à condição do ócio.
 (D) devido à pressa de termos nossas metas atingidas é uma redação alternativa para o segmento *pela pressa de atingirmos nossas metas*.
 (E) os elementos sublinhados em *Assim, perdemos a serenidade quando...* podem ser corretamente substituídos, na ordem dada, por: “Por conseguinte” e “ainda que”.
-
6. *Muitas vezes perdemos a serenidade quando...*
- Transpondo-se o segmento acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:
- (A) é perdida
 (B) tem-se perdido
 (C) haverá de ser perdida
 (D) havíamos perdido
 (E) perdem-se
-
7. Expressa noção de finalidade o segmento que se encontra em:
- (A) *... ao passo que, se andar acima dela...* (4^o parágrafo)
 (B) *... quando nos sentimos pressionados por expectativas que...* (1^o parágrafo)
 (C) *... se andar abaixo dela...* (4^o parágrafo)
 (D) *... isso depende de termos atingido uma razoável evolução...* (2^o parágrafo)
 (E) *... a fim de fugir do ócio e do tédio...* (4^o parágrafo)
-
8. *Essa condição emocional que os filósofos antigos consideravam como muito criativa é algo gerador de um estado de alma que chamamos de tédio.*
- Uma redação alternativa para o segmento acima, em que se mantém a correção e a lógica, encontra-se em:
- (A) O estado de alma que chamamos de tédio, cujos filósofos antigos consideravam como condição emocional na qual é muito criativa, é gerado por ele.
 (B) Essa condição emocional cujos filósofos antigos consideravam como muito criativo é algo gerador de um estado de alma que chamamos de tédio.
 (C) Considerada muito criativa pelos filósofos antigos, essa condição emocional é algo gerador de um estado de alma que chamamos de tédio.
 (D) Uma vez que os filósofos antigos a consideravam como muito criativa, chamamos de tédio essa condição emocional que gera tal estado de alma.
 (E) Tem-se essa condição emocional à qual os filósofos antigos consideravam muito criativa, como algo capaz de gerar um estado de alma, que chamamos de tédio.
-
9. *... é preciso cautela para que nossos planos não se transformem em fontes de tensão.*
- Alterando-se as formas verbais da frase acima, a correlação entre as novas formas, considerando a norma culta, está correta em:
- (A) era – transformaram
 (B) seria – transformassem
 (C) fosse – transformaram
 (D) seria – transformavam
 (E) seja – transformariam
-
10. O segmento sublinhado está corretamente substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *A serenidade corresponde a um estado de espírito...* (à uma condição psicológica)
 (B) *O termo serenidade costuma estar associado a mais de um significado...* (à significados diversos)
 (C) *... não convém nos compararmos com as outras pessoas...* (às outras pessoas)
 (D) *... se andar abaixo dela, tenderá a se deprimir...* (à depressões)
 (E) *... conformados com nossas limitações...* (à sermos limitados)



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 11 a 14.

Uma espécie de angústia se espalha como praga nas relações pessoais e no uso dos espaços público e privado. Todos os torpedos, e-mails e chamadas no celular viraram prioridade, casos de vida ou morte. Interrompem-se conversas para olhar telinhas e telonas, desrespeitando interlocutores. Como este tipo de patologia tende a se diversificar, já há gente que conversa e olha o computador ao mesmo tempo. Especialistas em informática previram que, num futuro não muito distante, chips serão implantados no corpo. Estão atrasados. Corpos já pertencem a máquinas. A vida é controlada a distância e por outros.

Enxurradas de fotos invadem o espaço virtual, a maioria delas sem o menor significado. Fico pensando no sorriso irônico ou, quem sabe, no horror, que o fotógrafo Cartier-Bresson esboçaria se esbarrasse nisso. Ele, que procurava a poesia nos pequenos gestos, no cotidiano que se desdobrava em surpresas, jamais empilharia a coleção de sorrisos forçados que caracteriza a obsessão pelos "cliques".

Vivemos a era das aparências. Com a multiplicação das imagens, vem a obrigação de "estar bem". Afinal, quem vai querer se exibir nas redes sociais com uma ponta de melancolia? O mundo virtual exige estado de êxtase permanente. Uma pessoa que não passa de ilusão. Criatividade não quer dizer tristeza, claro, mas certamente precisa incorporá-la como tijolo construtor da nossa personalidade.

(Adaptado de: Jacques Gruman. Disponível em: <http://carta-maior.com.br/?/Opiniaio/A-morte-da-imaginacao/30783>. Acesso em 23/10/15)

11. Considere as afirmações abaixo.

- I. A referência ao fotógrafo *Cartier-Bresson* serve de amparo à crítica do autor ao número exagerado de fotografias postadas na internet.
- II. A frase *O mundo virtual exige estado de êxtase permanente* corrobora a ideia do autor, expressa no 1º parágrafo, de que *A vida é controlada a distância e por outros*.
- III. Sem prejuízo do sentido e da correção, o segmento *Com a multiplicação das imagens* pode ser substituído por: Posto que se multiplica as imagens.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) I e III.
- (E) II.

12. ... *desrespeitando interlocutores*.

Enxurradas de fotos invadem o espaço virtual...

... que caracteriza a obsessão pelos "cliques".

Fazendo-se as alterações necessárias, os elementos sublinhados nos segmentos acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:

- (A) desrespeitando-os – invadem-no – a caracteriza
- (B) desrespeitando-lhes – o invadem – caracteriza-lhe
- (C) desrespeitando-os – lhe invadem – a caracteriza
- (D) desrespeitando-nos – invadem-no – lhe caracteriza
- (E) desrespeitando-lhes – invadem-no – caracteriza-a

13. Uma redação alternativa para um segmento do texto, em que se mantém a correção e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) Porque a tendência deste tipo de patologia seja a de se diversificar, à esta altura há pessoas que conversam e olham o computador simultaneamente.
- (B) De modo a desrespeitar, os interlocutores, se interrompe conversas com o propósito de olhar telinhas e telonas.
- (C) Atingem as relações pessoais e o uso dos espaços público e privado, uma espécie de angústia que se espalha como praga.
- (D) À medida que se multiplicam as imagens, surge a obrigação de "estar bem": quem vai querer se expor com um quê de melancolia nas redes sociais?
- (E) Imagino que se o fotógrafo Cartier-Bresson esbarrasse nisso, iria esboçar um sorriso irônico ou inclusive no horror o qual seria nítido.

14. Considerado o contexto, é correto afirmar:

- (A) Infere-se que "persona" (último parágrafo) significa: "imagem com que uma pessoa se apresenta em público".
- (B) Uma redação alternativa para o segmento *Corpos já pertencem a máquinas*. (1º parágrafo), substituindo-se o que está sublinhado por um pronome, é: *Corpos já lhe pertencem*.
- (C) Ambos os pronomes sublinhados em *Ele, que procurava a poesia nos pequenos gestos, no cotidiano que se desdobrava em surpresas...* (2º parágrafo) possuem o mesmo referente.
- (D) Sem prejuízo da correção gramatical, a frase *Enxurradas de fotos invadem o espaço virtual, a maioria delas sem o menor significado*. (2º parágrafo) pode ser reescrita do seguinte modo: "Não têm significado algum a avalanche de fotos que invadem, o espaço virtual".
- (E) O pronome sublinhado em *mas certamente precisa incorporá-la* (final do texto) refere-se a: *criatividade*.

15. *Durante o exílio o poeta argentino Juan Gelman um bom tempo sem conseguir escrever. A inspiração não Disse ele: "A poesia é uma senhora que nos ou não. é uma impertinência inútil". Não consigo imaginar uma serenidade como essa no mundo virtual.*

(Adaptado de: GRUMAN, Jacques. Op. cit.)

Consideradas as relações de sentido, preenchem corretamente as lacunas do texto acima, na ordem dada:

- (A) passou – vinha – visita – Convocá-la
- (B) passara – veio – visitaria – Convocar-lhe
- (C) passou – veio – visitam – Convocá-la
- (D) passa – vem – visitam – Convocá-la
- (E) passa – virá – visitava – Convocar-lhe

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Luiz, Arnaldo, Mariana e Paulo viajaram em janeiro, todos para diferentes cidades, que foram Fortaleza, Goiânia, Curitiba e Salvador. Com relação às cidades para onde eles viajaram, sabe-se que:
- Luiz e Arnaldo não viajaram para Salvador;
 - Mariana viajou para Curitiba;
 - Paulo não viajou para Goiânia;
 - Luiz não viajou para Fortaleza.
- É correto concluir que, em janeiro,
- (A) Paulo viajou para Fortaleza.
(B) Luiz viajou para Goiânia.
(C) Arnaldo viajou para Goiânia.
(D) Mariana viajou para Salvador.
(E) Luiz viajou para Curitiba.
-
17. Rogério digita, em média, 194 toques por minuto. Considerando essa produção, se Rogério digitar todos os números de 1 até 100, considerando também um toque de espaço entre cada número até chegar no 100, o tempo que ele levará para realizar a tarefa será de
- (A) 46 segundos.
(B) 1 minutos e 20 segundos.
(C) 1 minuto e 2 segundos.
(D) 52 segundos.
(E) 1 minuto e 30 segundos.
-
18. Um vendedor recebe comissão de 6% sobre o preço de venda de cada televisor adquirido por seus clientes. Em média ele vende diariamente x televisores do tipo 1, por y reais cada um. Em um dia de promoção, a loja deu desconto de 10% sobre o preço dos televisores do tipo 1 e, com isso, a quantidade média vendida desses televisores pelo vendedor aumentou em 10%. Comparando a comissão recebida por esse vendedor pela venda média de televisores do tipo 1 no dia anterior à promoção com a do dia da promoção houve,
- (A) aumento de 0,02 ponto percentual.
(B) queda de 0,06 ponto percentual.
(C) queda de 0,04 ponto percentual.
(D) queda 0,02 ponto percentual.
(E) aumento de 0,06 ponto percentual.
-
19. Em uma eleição entre dois candidatos para o conselho administrativo de um bairro, 6000 pessoas votaram. O candidato mais votado teve 55% do total de votos, e o segundo colocado teve $\frac{3}{5}$ da quantidade de votos do candidato mais votado. Os demais votos se distribuíram entre brancos e nulos, totalizando x votos. Nas condições descritas, o valor de x é igual a
- (A) 650.
(B) 780.
(C) 720.
(D) 810.
(E) 690.
-
20. Seis pessoas (P, Q, R, S, T, U) se sentam em uma mesma fileira de seis lugares de um teatro. Sabe-se que:
- P se senta junto e à esquerda de Q;
 - R está à direita de P, e entre U e S;
 - S está junto e a esquerda de T;
 - U está a esquerda de Q.
- A pessoa que ocupa o quarto assento da esquerda para a direita nessa fila é
- (A) R.
(B) P.
(C) T.
(D) S.
(E) Q.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito do Trabalho**

21. Mário, empregado da Empresa X, foi despedido por justa causa por ter praticado ofensas físicas contra seu chefe. Ingressou com ação trabalhista contra sua ex-empregadora, mas não comprovou suas alegações de que agiu desta maneira por ter sido ofendido em sua honra por seu superior hierárquico, razão pela qual a sentença trabalhista manteve a justa causa aplicada como motivo da rescisão do contrato de trabalho. Neste caso, Mário terá direito, além do saldo de salário, a
- (A) férias vencidas + 1/3 que já tinha adquirido.
 - (B) aviso prévio, 50% de 13^o salário proporcional e 50% das férias vencidas + 1/3, sem direito ao saque dos depósitos do FGTS e da multa de 40%.
 - (C) todas as verbas rescisórias como dispensa sem justa causa, pois ofensas físicas contra seu chefe não se configuram como motivo de justa causa, estando errada a sentença proferida.
 - (D) 13^o salário proporcional e férias vencidas + 1/3, além do saque dos depósitos do FGTS, sem a multa de 40%.
 - (E) nenhuma outra verba rescisória, em razão da prática de conduta tipificadora da justa causa.
-
22. Referente ao aviso prévio, considere:
- I. O aviso prévio é a comunicação que uma das partes do contrato por prazo indeterminado faz a outra, informando sobre sua intenção de rescindir o respectivo contrato, integrando tal período no tempo de serviço do empregado, independentemente se for indenizado ou trabalhado.
 - II. Na modalidade do aviso prévio trabalhado, o empregado escolhe se pretende reduzir sua jornada de trabalho em duas horas diárias ou deixa de trabalhar nos últimos sete dias corridos, em qualquer modalidade de rescisão do contrato de trabalho.
 - III. A confirmação do estado de gravidez, durante o período do aviso prévio trabalhado ou indenizado, não garante à empregada gestante a estabilidade provisória no emprego.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I.
 - (D) III.
 - (E) II.
-
23. É INCORRETO afirmar que a prescrição do direito de reclamar
- (A) verbas rescisórias conta-se igualmente tanto para trabalhadores urbanos quanto para os rurais.
 - (B) de horas extras prescreve após dois anos da cessação do contrato de trabalho, podendo o trabalhador, urbano e rural, requerer apenas o período abrangido pelos últimos cinco anos da data do ajuizamento da ação.
 - (C) da concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é contada do término do período concessivo ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.
 - (D) não corre contra os menores de 18 anos.
 - (E) da anotação da CTPS ou sua retificação para fins de prova junto à Previdência Social se inicia da data do término do contrato de trabalho, cessando dois anos depois.
-
24. João, metalúrgico, após a homologação de sua rescisão do contrato de trabalho celebrado perante órgão sindical de forma idônea, insatisfeito, propôs demanda contra sua ex-empregadora perante Comissão de Conciliação Prévia, instituída na localidade de sua prestação de serviços. Na audiência designada, as partes chegaram a um acordo amigável, ressaltando expressamente que não faria parte do acordo as diferenças de FGTS que João entendia devidas. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, João
- (A) não poderá ingressar com reclamação trabalhista, devendo procurar a Justiça Comum para pleitear diferenças de FGTS que entende devidas.
 - (B) poderá ingressar com reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, pleiteando todos os direitos que entende devidos decorrentes de seu extinto contrato de trabalho, uma vez que o acordo perante a Comissão de Conciliação Prévia não possui eficácia liberatória geral para a empresa.
 - (C) poderá ingressar com reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, pleiteando somente os direitos ressaltados no acordo perante a Comissão de Conciliação Prévia, uma vez que o restante dos pedidos possui eficácia liberatória geral para a empresa.
 - (D) não poderá ingressar com reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, pois foi sua a iniciativa de não quitar integralmente os direitos oriundos do extinto contrato de trabalho.
 - (E) não poderá ingressar com reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, pois escolheu uma das formas de solução dos conflitos trabalhistas, que foi a esfera extrajudicial, renunciando ao seu direito de ação.



25. São exemplos de intervalos NÃO remunerados
- (A) o de uma hora para alimentação e descanso para jornadas acima de seis horas e de dez minutos a cada período de noventa minutos trabalhados nos serviços de mecanografia.
 - (B) o de quinze minutos para alimentação e descanso nas jornadas de trabalho de quatro a seis horas, e o período mínimo de onze horas entre uma jornada e outra para os trabalhadores que se incluem na regra geral, prestando serviços em oito horas diárias ou quarenta e quatro horas semanais de trabalho.
 - (C) os dois descansos diários de trinta minutos cada para a mulher amamentar seu filho até que complete seis meses, e o de duas horas para alimentação e descanso nas jornadas de trabalho acima de seis horas.
 - (D) o descanso semanal remunerado e o descanso de vinte minutos para quem trabalha no interior de câmaras frigoríficas, a cada uma hora e quarenta minutos de labor.
 - (E) o descanso semanal remunerado e a pausa de quinze minutos para os trabalhadores em minas de subsolo, a cada três horas trabalhadas.

26. Considere:

- I. As convenções coletivas e os acordos coletivos de trabalho são exemplos de fontes formais autônomas do Direito do Trabalho.
- II. A legislação trabalhista faz referência aos costumes como fonte integradora do Direito do Trabalho.
- III. A jurisprudência não é considerada fonte formal de Direito do Trabalho, uma vez que não há previsão legal para sua utilização, bem como se refere apenas a casos concretos e específicos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II, apenas.
27. Juliana, gerente regional de vendas e exercente de cargo de confiança, foi informada de que iria ser transferida para trabalhar na filial de sua empregadora, acarretando a mudança de seu domicílio, sem que fosse comprovada, pela empresa, a real necessidade de serviço naquele lugar e sem a sua anuência. Diante da situação apresentada, Juliana
- (A) é obrigada a aceitar a transferência, desde que receba o adicional de transferência de 25% sobre seu salário.
 - (B) é obrigada a aceitar a transferência, uma vez que exerce cargo de confiança.
 - (C) não é obrigada a aceitar a transferência, pois o cargo de confiança está restrito à região para a qual foi contratada.
 - (D) não é obrigada a aceitar a transferência, sendo requisito essencial a comprovação pelo empregador da real necessidade de serviço.
 - (E) é obrigada a aceitar a transferência, pois decorre do *jus variandi* do empregador, independentemente da vontade da trabalhadora.

Noções de Direito Processual de Trabalho

28. A execução *ex officio* das contribuições previdenciárias (art. 114 VIII CF) e a execução promovida *ex officio* pelo juiz (art. 878 da CLT) são exceções específicas ao princípio

- (A) da eventualidade.
- (B) da instrumentalidade.
- (C) inquisitivo.
- (D) da impugnação especificada.
- (E) da indisponibilidade.

29. Júlia ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa "G", requerendo apenas indenização por supostos danos morais que teria sofrido durante a relação empregatícia, dando à causa o valor de R\$ 38.000,00. Após a regular instrução processual, foi proferida sentença condenando a empresa "G" a indenizar Júlia em R\$ 24.000,00, que corresponde a dez vezes o último salário recebido. A empresa "G" pretende recorrer. Neste caso, além do depósito recursal, ela terá que efetuar o pagamento das custas processuais no valor de

- (A) R\$ 570,00.
- (B) R\$ 760,00.
- (C) R\$ 240,00.
- (D) R\$ 380,00.
- (E) R\$ 480,00.



30. No tocante as partes e os procuradores, considere:

- I. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.
- II. Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.
- III. A constituição de procurador com poderes para o foro em geral não poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, havendo expressa vedação legal neste sentido.

De acordo com as normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) II.

31. Margarida ajuizou reclamação trabalhista pelo Rito Sumaríssimo. Após regular instrução processual a reclamação foi julgada improcedente. Margarida interpôs recurso ordinário que não foi conhecido uma vez que foi considerado deserto. Neste caso, Margarida pretende interpor recurso de revista sob a alegação de divergência jurisprudencial sobre dispositivo de lei federal. Neste caso, o referido recurso é

- (A) incabível sob esta alegação, uma vez que na demanda ajuizada por Margarida só é cabível Recurso de Revista na hipótese de contrariedade à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- (B) cabível, uma vez que respeita as normas sobre Recurso de Revista previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) incabível sob esta alegação, uma vez que na demanda ajuizada por Margarida só é cabível recurso de revista na hipótese de contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST.
- (D) incabível sob esta alegação, uma vez que na demanda ajuizada por Margarida só é cabível recurso de revista na hipótese de violação direta da Constituição Federal.
- (E) incabível sob esta alegação, uma vez que na demanda ajuizada por Margarida só é cabível recurso de revista na hipótese de contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e violação direta da Constituição Federal.

32. Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração poderá ocorrer

- (A) somente em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 8 dias.
- (B) somente em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 dias.
- (C) somente em virtude da correção de vício na decisão embargada, sendo desnecessária a oitiva da parte contrária.
- (D) em qualquer hipótese, sendo desnecessária a oitiva da parte contrária.
- (E) em qualquer hipótese, mas desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 dias.

33. Heitor arrematou um conjunto comercial em leilão ocorrido na fase de execução da reclamação trabalhista "X" pelo valor de R\$ 300.000,00. No momento da arrematação Heitor garantiu a arrematação com um sinal de R\$ 60.000,00. Após 30 horas da arrematação, Heitor ainda não depositou o restante do valor. Neste caso, Heitor

- (A) ainda está no prazo para pagamento do restante do valor, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho prevê o prazo de 48 horas para complementação do valor da arrematação.
- (B) perderá, em benefício da execução, metade do sinal, ou seja R\$ 30.000,00, voltando à praça o bem executado.
- (C) terá direito a devolução integral do sinal, voltando à praça o bem executado.
- (D) perderá, em benefício da execução, 1/3 do sinal, ou seja R\$ 20.000,00 voltando à praça o bem executado.
- (E) perderá, em benefício da execução, o sinal de R\$ 60.000,00, voltando à praça o bem executado.



34. Considere:

- I. Autarquia Municipal "S".
- II. Fundação Pública "M".
- III. Município de Curitiba.
- IV. Governo do Estado do Paraná.
- V. União Federal.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que são partes os indicados em

- (A) III, IV e V, apenas.
- (B) II, III e V, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, IV e V, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

Noções de Direito Processual Civil

35. Se estiverem ausentes as condições da ação, mas o réu nada alegar em contestação, o juiz deve

- (A) conhecer da matéria de ofício, em qualquer grau de jurisdição, e extinguir o processo sem resolução de mérito.
- (B) dar ao processo curso normal, em razão da preclusão.
- (C) conhecer da matéria de ofício, desde que ainda não tenha ocorrido audiência de instrução, e extinguir o processo com resolução de mérito.
- (D) conhecer da matéria, em qualquer grau de jurisdição, mas apenas se a matéria foi alegada pelo réu no curso do processo, extinguindo-o sem resolução de mérito.
- (E) conhecer da matéria de ofício, em qualquer grau de jurisdição, e extinguir o processo com resolução de mérito.

36. De acordo com o Código de Processo Civil, o procedimento sumário

- (A) admite a intervenção de terceiros, em todas as suas modalidades, independentemente da causa de pedir.
- (B) difere-se do ordinário apenas quanto à inexistência de alegações finais escritas.
- (C) não admite a realização de perícia, por se tratar de prova complexa.
- (D) impõe que o réu compareça pessoalmente à audiência de conciliação, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito.
- (E) admite que o réu ofereça resposta escrita ou oral na própria audiência, acompanhada de rol de testemunhas, se necessária a prova oral, assim como quesitos periciais e indicação de assistente técnico, se requerida perícia.

37. Se o réu não contestar o pedido, reputar-se-ão verdadeiros, de maneira

- (A) absoluta, os fatos afirmados pelo autor, salvo, dentre outras hipóteses, se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- (B) absoluta, os fatos afirmados pelo autor, inclusive se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- (C) absoluta, os fatos afirmados pelo autor, salvo, dentre outras hipóteses, se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento público que a lei considere indispensável à prova do ato.
- (D) relativa, os fatos afirmados pelo autor, salvo, dentre outras hipóteses, se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- (E) relativa, os fatos afirmados pelo autor, inclusive se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.

38. A respeito da coisa julgada, considere:

- I. Em regra, os motivos fazem coisa julgada quando importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, assim como a verdade dos fatos constantes da fundamentação.
- II. A sentença faz coisa julgada apenas em relação às partes do processo, não beneficiando nem prejudicando, em regra, terceiros que não hajam integrado a relação processual.
- III. É defeso à parte discutir questões a cujo respeito se operou a preclusão.
- IV. Extingue-se o processo, com resolução de mérito, quando o juiz acolher a alegação de coisa julgada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e IV.



39. De acordo com o Código de Processo Civil, o credor pode ajuizar execução se o devedor
- (A) por negligência, imprudência ou imperícia, causar dano, material ou moral, a ser provado durante a instrução do feito.
 - (B) não satisfizer obrigação certa, líquida e exigível, consubstanciada em título executivo.
 - (C) inadimplir o pagamento de obrigação certa, líquida e exigível contida em documento escrito que possua ou não força executiva.
 - (D) inadimplir o pagamento de obrigação certa e exigível, ainda que ilíquida, contida em documento escrito que possua ou não força executiva.
 - (E) inadimplir o pagamento de obrigação certa e exigível, ainda que ilíquida, contida em documento escrito que possua força executiva.

Noções de Direito Constitucional

40. É fundamento da República Federativa do Brasil, disposto de forma expressa na Constituição Federal,
- (A) o pluralismo político.
 - (B) a erradicação da pobreza.
 - (C) a construção de uma sociedade igualitária.
 - (D) a igualdade entre os povos.
 - (E) a cooperação entre governantes.
-
41. Sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos definidos na Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo o anonimato protegido em face do resguardo à integridade física das pessoas.
 - (B) Em nenhuma hipótese haverá privação de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
 - (C) A expressão de atividade artística é livre, salvo nos casos em que a lei prevê a necessidade de licença específica.
 - (D) O sigilo das comunicações telefônicas pode ser violado por determinação judicial nas hipóteses em que a lei estabelecer para fins de instrução processual penal.
 - (E) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive as de caráter paramilitar.
-
42. Um brasileiro naturalizado decidiu se dedicar à vida pública. Nos termos da Constituição Federal, ele poderá ocupar cargo de
- (A) Deputado Estadual.
 - (B) Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (C) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) na carreira diplomática.
 - (E) oficial das Forças Armadas.

-
43. Considere:

- I. Voto direto e secreto.
- II. Plebiscito.
- III. Referendo.
- IV. Audiência pública.
- V. Iniciativa popular.

A soberania popular, segundo a Constituição Federal, será exercida nos casos dos itens

- (A) I, II, III, IV e V.
 - (B) I, II, III e V, apenas.
 - (C) I, II, IV e V, apenas.
 - (D) III, IV e V, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.
-
44. Nos termos da Constituição Federal, a competência para legislar sobre orçamento, juntas comerciais e custas dos serviços forenses é
- (A) privativa da União.
 - (B) exclusiva da União.
 - (C) originária da União.
 - (D) concorrente da União, Estados e Distrito Federal.
 - (E) comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



45. Considere:

- I. Direito à livre associação sindical.
- II. Direito à irredutibilidade de subsídios e vencimentos.
- III. Direito à acumulação remunerada de cargos.

Ao servidor público civil é previsto constitucionalmente e em qualquer hipótese o constante em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

46. O Poder Judiciário, incluindo o TRT da 9ª Região, deve prestar contas ao Tribunal de Contas da União – TCU. Nos termos da Constituição Federal, as decisões do TCU de que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de

- (A) precatório.
- (B) título executivo.
- (C) título administrativo.
- (D) dívida tributária.
- (E) operação de crédito.

47. Sobre as garantias constitucionais que gozam os juízes e sobre as vedações as quais estão submetidos, é correto afirmar que

- (A) a vitaliciedade é adquirida na posse.
- (B) a irredutibilidade de subsídio é absoluta.
- (C) podem exercer atividade político-partidária.
- (D) podem ser submetidos a ato de remoção por motivo de interesse público.
- (E) podem exercer qualquer outro cargo ou função se estiverem em disponibilidade.

Noções de Direito Administrativo

48. Os princípios balizadores das atividades da Administração pública ganharam importância e destaque nas diversas esferas de atuação, tal como o princípio da eficiência, que

- (A) permite que um ente federado execute competência constitucional de outro ente federado quando este se omitir e essa omissão estiver causando prejuízos aos destinatários da atuação.
- (B) autoriza que a Administração pública interprete o ordenamento jurídico de modo a não cumprir disposição legal expressa, sempre que ficar demonstrado que essa não é a melhor solução para o caso concreto.
- (C) deve estar presente na atuação da Administração pública para atingimento dos melhores resultados, cuidando para que seja com os menores custos, mas sem descuidar do princípio da legalidade, que não pode ser descumprido.
- (D) substituiu o princípio da supremacia do interesse público que antes balizava toda a atuação da Administração pública, passando a determinar que seja adotada a opção que signifique o atingimento do melhor resultado para o interesse público.
- (E) não possui aplicação prática, mas apenas interpretativa, tendo em vista que a Administração pública está primeiramente adstrita ao princípio da supremacia do interesse público e depois ao princípio da legalidade.

49. As atividades materiais prestadas aos administrados que sejam predicadas como serviços públicos estão sujeitas a regime jurídico com características próprias, dentre elas, a previsão de princípios específicos, como o princípio da

- (A) continuidade dos serviços públicos, que permite sucessivas prorrogações de contratações, sem submissão a nova licitação, sempre que o serviço estiver sendo prestado adequadamente.
- (B) igualdade dos usuários, que impede cobrança de valores diferenciados de tarifas, independentemente das distinções de situação jurídica dos usuários.
- (C) mutabilidade do serviço público, que permite alteração do serviço público prestado, para que o contratado execute o serviço cuja natureza melhor atenda às necessidades dos administrados.
- (D) continuidade dos serviços públicos, que permite que o Poder Público assumira a prestação dos serviços sempre que o contratado não estiver executando de forma adequada o contrato e isso estiver prejudicando a qualidade do serviço disponibilizado aos usuários.
- (E) imutabilidade do regime jurídico dos serviços públicos, que impede que sejam promovidas alterações na forma de prestação dos serviços, garantindo aos usuários que esses receberão os benefícios na forma em que foram contratados inicialmente.



50. O atributo do ato administrativo que permite que ele seja “posto em execução pela própria Administração pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário” (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 28. ed., São Paulo: Atlas, p. 243), é a
- (A) imperatividade, porque cria obrigações e se impõe independentemente da concordância do destinatário do ato ou de terceiros.
 - (B) autoexecutoriedade, que deve estar prevista em lei, como a autorização para apreensão de mercadorias e interdição de estabelecimentos.
 - (C) autoexecutoriedade, sempre que a discricionariedade administrativa entender mais útil ou pertinente agir desde logo, sem aguardar a conclusão das diligências em curso.
 - (D) imperatividade, que autoriza o emprego de meios próprios de execução dos próprios atos, indiretamente, como a imposição de multas, ou diretamente, com a demolição de construções.
 - (E) exigibilidade, que trata apenas de meios diretos de coercibilidade, inclusive materiais, como interdição de estabelecimentos, apreensão de mercadorias e demolição de construções.
-
51. A celebração de contratos administrativos é precedida, na maioria das vezes, da realização de licitação, procedimento no qual se escolhe a melhor proposta para o Poder Público. As condições que vigoraram por ocasião da licitação
- (A) continuam a projetar efeitos, pois devem estar representadas nos termos do contrato firmado, cuja minuta integrou o edital de licitação, sob pena de ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
 - (B) ficam substituídas pelas disposições do contrato, que podem dispor de maneira a melhor disciplinar a execução da avença, ficando obrigada a Administração a manter o valor objeto da proposta ganhadora.
 - (C) constituem ato jurídico perfeito que exauriu seus efeitos, porque finda a licitação não há mais como alterar os atos praticados no decorrer do certame, razão pela qual não impactam no conteúdo do contrato administrativo.
 - (D) podem ser alteradas em razão da prerrogativa da Administração pública de alteração unilateral do contrato, sempre visando ao interesse público, inclusive para alteração do objeto principal.
 - (E) permanecem em vigor, tendo em vista que enquanto o contrato estiver em execução, a licitação que o precedeu não se exaure, podendo inclusive ser alterada, para possibilitar modificações no instrumento de contrato.
-
52. Marcônio é funcionário de uma entidade sem fins lucrativos, que recebe regular incentivo fiscal da esfera federal e municipal em razão da natureza das atividades prestadas. Referida entidade também conta com recursos provenientes de doações, frutos de inúmeras campanhas publicitárias realizadas graciosamente pelos veículos de comunicação. Além disso, são inúmeras as doações de bens destinadas a essa entidade, cujo emprego é definido pela diretoria e conselho da pessoa jurídica, sempre observando o disposto no Estatuto Social. O funcionário, certa vez, apropriou-se de alguns bens móveis para sua casa, valendo consignar que se tratava de pessoa de baixo poder aquisitivo. A conduta do funcionário, considerando o que dispõe a Lei nº 8.429/92,
- (A) não configura ato de improbidade, uma vez que Marcônio não preenche os requisitos de servidor público, condição necessária para aquela responsabilização.
 - (B) não configura ato de improbidade porque a pessoa jurídica cujo patrimônio foi subtraído não possui natureza jurídica de direito público, não se tratando, portanto, de sujeito passivo de ato de improbidade.
 - (C) pode configurar ato de improbidade pois a entidade cujos bens foram desviados, embora não possua natureza jurídica de direito público, recebe incentivo fiscal de órgãos da esfera federal e municipal, bem como em razão da conduta dolosa de Marcônio.
 - (D) configura ato de improbidade em razão da natureza jurídica da entidade, que possui capital público e em razão do enriquecimento ilícito gerado, cujo tipo legal não exige conduta dolosa.
 - (E) pode configurar ato de improbidade desde que comprovado o prejuízo à entidade, ainda que não haja conduta dolosa por parte do funcionário, e desde que se comprove que houve reflexo negativo nos repasses e incentivos fiscais recebidos dos órgãos públicos.
-
53. Entende-se como forma de provimento em cargos públicos por servidores públicos, na forma da Lei nº 8.112/90:
- (A) Readaptação, que consiste na investidura em cargo público de provimento efetivo, por servidor público concursado, quando não tiver obtido aprovação integral no estágio probatório, mas tiver recebido recomendação de ocupação de cargo com atribuições e exigências de nível imediatamente inferior.
 - (B) Reversão, que se presta a prover em cargo público servidor público que tenha revertido sua demissão judicialmente, mediante anulação do ato que ilegalmente lhe imputou conduta tipificada e punida com aquela penalidade.
 - (C) Reintegração, que consiste no retorno à ativa de servidor público aposentado por invalidez, quando a aposentadoria tenha sido anulada por reconhecimento de ausência de requisitos autorizadores da concessão inicial.
 - (D) Recondução, que se presta a ensejar o retorno do servidor público ao cargo que anteriormente ocupava por qualquer razão ou fundamento em direito admitido, tenha o funcionário obtido a decisão por ato administrativo ou judicial, discricionário ou vinculado.
 - (E) Aproveitamento, que consiste no provimento em cargo por servidor anteriormente colocado em disponibilidade, observada a compatibilidade de atribuições e vencimentos com o cargo anteriormente ocupado.

**Noções de Administração Pública**

54. Considerando o conceito de gestão da qualidade e busca da excelência nos serviços públicos, o denominado pensamento sistêmico corresponde
- (A) a um dos critérios de excelência propostos pela Fundação Nacional da Qualidade, relacionado com a interdependência entre a organização e seus componentes internos, bem como com o ambiente externo.
 - (B) ao principal fundamento do modelo de excelência adotado pelo GesPública, focado em inovação e empreendedorismo público.
 - (C) ao princípio básico da atuação administrativa voltada para resultados, ainda que não explicitado por nenhuma entidade de referência ou programa específico.
 - (D) a um dos fundamentos do Programa de Qualidade no Serviço Público, com foco na eficiência dos processos e redução dos custos para a produção dos serviços.
 - (E) à premissa adotada na Reforma Gerencial do Estado como referência para o Plano de Reestruturação e Melhoria da Gestão, pautada na integração e redução de redundâncias.

55. De acordo com a definição do Gespública, o processo é um conjunto de decisões que transformam insumos em valores gerados ao cliente/cidadão. O grau de maturidade dos processos reflete a transformação da organização na medida em que estes são aperfeiçoados e, nesse contexto, os denominados processos encenados correspondem
- (A) ao nível mais precário de maturidade identificado na visão do *Business Process Maturity* – CBOK.
 - (B) ao nível 4, dentro dos 5 identificados, de acordo com a visão da *Society for Design and Process Science* – SDPS.
 - (C) a uma fase preliminar da gestão por processos, onde o fluxo de atividades ainda precisa ser mapeado.
 - (D) ao paradigma adotado pelo *Business Process Management* – BPM, que propõe o redesenho dos processos vigentes.
 - (E) ao resultado da aplicação da ferramenta conhecida como *workflow*, que resulta na automação do fluxo de trabalho.

56. Entre as metodologias frequentemente utilizadas pelas organizações para implementação de seu planejamento estratégico está o *Balanced Scorecard* – BSC, que propõe, entre seus princípios,
- I. traduzir a estratégia em guias operacionais.
 - II. mobilizar a mudança por meio da liderança executiva.
 - III. transformar todos os objetivos em indicadores de natureza financeira.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
 - (B) I.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) III e II.
57. Uma etapa relevante na implementação da Gestão de Pessoas por Competências consiste no mapeamento das competências, o qual é feito com a utilização de diferentes instrumentos, entre os quais
- (A) a análise de currículos de interessados em ocupar as vagas disponíveis.
 - (B) o grupo focal, como alternativa a entrevistas individuais.
 - (C) o estudo de mercado e de competências disponíveis para captação.
 - (D) *headhunters*, encarregados de selecionar os melhores profissionais disponíveis.
 - (E) consultorias especializadas para identificação dos colaboradores mais alinhados com as necessidades da organização.

Noções de Orçamento Público e Finanças

58. Autorização para abertura de créditos Suplementares é uma exceção à aplicação do princípio orçamentário da
- (A) legalidade.
 - (B) universalidade.
 - (C) anualidade.
 - (D) clareza.
 - (E) exclusividade.

59. O reforço de uma dotação que já existe na LOA – Lei Orçamentária Anual deve ser efetuado com
- (A) a abertura de um crédito adicional suplementar.
 - (B) a anulação parcial de dotação.
 - (C) o excesso de arrecadação da receita.
 - (D) a abertura de um crédito adicional extraordinário.
 - (E) a abertura de um crédito adicional especial.

60. São consideradas despesas de caráter continuado, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, aquelas que fixem para o ente a obrigação legal da sua execução por um período superior a
- (A) um exercício.
 - (B) três exercícios.
 - (C) quatro exercícios.
 - (D) dois exercícios.
 - (E) seis meses.



DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção:

Conforme Edital do Concurso, Capítulo XI, itens:

"5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 6. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora. 7. Na Prova Discursiva – Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 8. A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

Observação:

– NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva – Redação.

Apesar da presunção de veracidade que confere autoridade, interesse e sedução a todas as fotos, a obra que os fotógrafos produzem não constitui uma exceção genérica ao comércio usualmente nebuloso entre arte e verdade. Mesmo quando os fotógrafos estão muito mais preocupados em espelhar a realidade, ainda são assediados por imperativos de gosto e de consciência.

[...]

O problema não é que as pessoas se lembrem através das fotografias, mas que se lembrem apenas das fotografias.

(SONTAG, Susan. "Na caverna de Platão", em **Sobre a Fotografia**, São Paulo, Companhia das Letras, 2008)

A partir do trecho acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A imagem como produtora de sentidos na modernidade

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

